



## Impeachment: comissão rejeita gravações e adia cronograma

Áudios registrados pelo ex-presidente da Transpetro ficarão fora do processo, cujas datas aguardam definição do ministro Ricardo Lewandowski

Ann Volpe/Agência Senado



José Eduardo Cardozo, advogado de Dilma, defende a presidente afastada observado por Antonio Anastasia e Raimundo Lira

**D**ecisão sobre antecipar datas no processo de impeachment só será tomada depois que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, julgar recursos apresentados ontem. A senadora Simone Tebet propôs uma redução de prazos que antecipa o julgamento de agosto para julho, gerando protestos dos aliados de Dilma.

Senadores contrários ao impeachment e o advogado da presidente afastada, José Eduardo Cardozo, abandonaram a reunião quando o colegiado rejeitou incluir no processo as gravações feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. A intenção era argumentar que o afastamento visa impedir investigações da Polícia Federal. A próxima reunião está marcada para segunda-feira.

**Cardozo vê violação do direito de defesa de Dilma e reforça acusação de golpe**

**Grupo de senadores pede eleição para presidente já em outubro**

4 e 5

Marcos Oliveira/Agência Senado



Riccardo Savone, Magalhães, Raupp, John Richardson e Eduardo Matsushita

### Brasil precisa manter cientistas e especialistas, dizem debatedores

No Brasil, o fenômeno da “fuga de cérebros” — evasão de cientistas, técnicos e executivos altamente qualificados em busca de oportunidades em outros mercados de trabalho — está relacionado ao investimento insuficiente em inovação e ciência, à ausência de programas de longo prazo e à burocracia em excesso, segundo participantes de audiência na Comissão de Relações Exteriores. Pesquisas mostram

que oito em cada dez empresas estão reduzindo investimentos e demitindo empregados, e que seis em cada dez executivos empregados sairiam do país se surgisse um convite para trabalhar no exterior. Os senadores e os convidados disseram que o país precisa buscar modos de atrair profissionais especializados para o Brasil e ainda debateram aspectos relacionados à assistência a brasileiros no exterior. **7**

### Policiais militares pedem fim da prisão por falta administrativa

Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, policiais e bombeiros militares pediram o fim da pena de prisão para punir faltas disciplinares. O objetivo da audiência era discutir a valorização das carreiras.

A extinção da prisão administrativa está prevista em projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados, que agora tramita na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania do Senado.

O projeto determina a criação, por lei específica, do Conselho de Ética e Disciplina Militar para Bombeiros e Policiais Militares e prevê que os integrantes das corporações citados em processos disciplinares tenham direito ao contraditório e à ampla defesa. A intenção da medida é evitar casos de assédio moral e relações de dominação dentro das corporações. **8**



Hélio José (3º à dir.) propôs a realização da audiência para ouvir a categoria

### Definido início do prazo para sabbatinas

O prazo para sabbatar os indicados a cargos no governo será contado a partir da leitura no Plenário das mensagens da Presidência da República. O presidente do Senado, Renan Calheiros, esclareceu a questão de ordem levantada por Ronaldo Caiado sobre a sabbatina de Ilan Goldfajn, indicado para presidir o Banco Central. **3**

### Lista tríplice para procurador-geral pode virar lei

A escolha do chefe do Ministério Público a partir de lista tríplice encaminhada pela categoria ao presidente da República pode ser incluída na Constituição. Proposta torna obrigatória uma prática que vem sendo observada e limita a quatro anos, sem recondução, o mandato do procurador. **3**

**Governadores debatem no Senado o Supersimples **2****

**Seguro rural tem de mudar, avaliam senadores **6****

**Comissão retoma na terça análise de MP sobre turismo **7****

**Anistiados PMs e bombeiros por fazer greve **8****

**Crivella se licencia e vai concorrer à Prefeitura do Rio **2****

Na quarta-feira, Renan receberá chefes dos Executivos estaduais para debater propostas de mudança no sistema de tributação das pequenas e microempresas e avaliar a retomada da pauta federativa

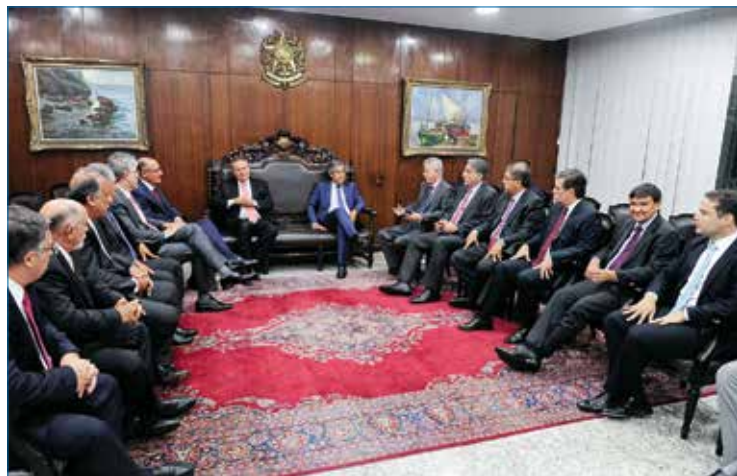
# Senado recebe governadores para discutir Supersimples

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, vai se reunir com governadores na quarta-feira para buscar a elaboração conjunta de propostas para atualizar e ampliar o Supersimples, além de discutir a retomada da pauta federativa. Renan afirmou que este é o momento de o Senado trabalhar pela estabilização do país.

— É preciso construir consensos para que o Senado, neste quadro difícil da vida nacional, continue a cumprir o seu papel, a fazer a sua parte. Eu tenho me esforçado ao máximo para que isso aconteça com absoluta isenção. O Senado é o fator de normalidade da vida nacional, de estabilidade, e não vai, em momento nenhum, deixar de fazer a sua parte, agravando a desestabilização — disse Renan ao anunciar, na sessão plenária de quarta-feira, a reunião com governadores.

A atualização do Supersimples — que é o sistema de tributação diferenciado para as micros e pequenas empresas — está prevista em um projeto de lei já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e que aguarda votação no Plenário da Casa.

O PLC 125/2015, relatado pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), aumenta os limi-



Em fevereiro, governadores pediram a Renan prioridade para pauta dos estados

tes de receita bruta anual para que as empresas se enquadrem no programa.

## Nova reunião

A reunião de quarta-feira será o segundo encontro de Renan com representantes dos estados neste ano. Na retomada das atividades legislativas, no início de fevereiro, o senador recebeu governadores e vices. À época, os chefes dos Executivos estaduais pediram ao Senado especial atenção à pauta de interesse federativo que possibilite o crescimento das economias dos estados. Em dezembro do ano passado, Renan também promoveu um encontro entre governadores e senadores para discutir pacto federativo.

Uma das propostas elencadas pelos governadores em

fevereiro foi a chamada PEC dos Precatórios. A Proposta de Emenda à Constituição 159/2015, aprovada em primeiro turno no Senado na quarta-feira, permite que apenas parte dos depósitos judiciais de estados e municípios seja usada para pagamento de precatórios. Ainda falta a votação em segundo turno.

O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), afirmou após a reunião do início do ano que o propósito é possibilitar que os estados voltem a crescer.

— Para que os estados possam voltar a se desenvolver, nós precisamos fazer a renegociação das dívidas, com o alongamento do prazo de pagamento, para que sobre recursos para investimentos — disse.

## Sancionada lei do Seguro de Crédito à Exportação

Foi publicada na quarta-feira a Lei 13.292/2016, que facilita a concessão do Seguro de Crédito à Exportação de produtos agrícolas sujeitos a cotas de importação em outros países. A lei tem origem na Medida Provisória (MPV) 701/2015, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/2016, aprovado no Senado em maio.

A nova lei permite o uso de recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para a concessão de seguro de crédito nas exportações de produtos

agrícolas que sofrem restrições comerciais fora do Brasil. O preço do prêmio do seguro é calculado sobre o valor do principal financiado da operação, considerando variáveis como o país do devedor, natureza do risco, prazo total do financiamento e capacidade financeira do devedor.

A lei autoriza seguradoras e organismos internacionais a oferecerem o seguro. O objetivo é ampliar o leque de agentes e compartilhar o risco com essas outras instituições, contribuindo para a abertura

de mercados. Durante a análise pelo Congresso, os parlamentares acrescentaram à lista as resseguradoras e os fundos de investimento que financiam a produção de bens destinados à exportação, além de assegurarem tratamento diferenciado a micros e pequenas empresas.

Outro caso de garantia de riscos incluído é para as exportações estrangeiras de bens e serviços, desde que associadas a exportações brasileiras ou que tenham componentes produzidos ou serviços prestados por empresas brasileiras.

## Senado comemora norma para empresas juniores

O Senado fará no dia 20 sessão especial para comemorar a aprovação da Lei das Empresas Juniores (Lei 13.267/2016). A homenagem foi solicitada por José Agripino (DEM-RN), autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 437/2012, que deu origem à lei.

O texto, que tramitou na Câmara dos Deputados como

PL 8.084/2014, regulamenta a criação e a organização das chamadas empresas juniores — empresas criadas por estudantes universitários no âmbito das faculdades para colocar em prática o que aprendem em sala de aula.

Pela nova lei, para ser considerada empresa júnior, a organização terá que ser asso-

ciação civil gerida e integrada por estudantes de cursos de graduação com o objetivo de promover o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos. O trabalho deve ser voluntário e com fins não lucrativos. Os estudantes podem fazer consultoria a pequenas e microempresas que não possam contratar esses serviços.

## Marcelo Crivella pede licença para disputar eleição municipal

Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu licença do mandato de senador para se dedicar à campanha eleitoral no Rio de Janeiro. Ele disputará a prefeitura da capital nas eleições municipais de outubro. O pedido foi aprovado em Plenário ontem.

Em seu lugar, reassume a vaga o suplente Eduardo Lopes (PRB-RJ), que já exerceu o mandato entre 2012 e 2014, quando Crivella licenciou-se para assumir o Ministério da Pesca e Aquicultura do governo de Dilma Rousseff.

Por já ter assumido an-



Crivella vai concorrer à Prefeitura do Rio de Janeiro na eleição de outubro

teriormente, Lopes — que também foi ministro da Pesca — não precisará tomar posse no Senado desta vez.

## Agenda Econômica analisa crise no mercado de trabalho no país

O *Agenda Econômica*, da TV Senado, analisa esta semana a situação do mercado de trabalho no país. O convidado é o diretor-adjunto de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Henrique Leite Corseuil.

De acordo com o IBGE, o

número de desempregados no país chega hoje a 11,5 milhões.

O programa vai discutir os impactos da retração econômica e as perspectivas para o mercado de trabalho.

**Agenda Econômica: Mercado de trabalho**  
• domingo, às 13h e às 23h

## Rádio Senado mostra como o Rio venceu o Aedes há 100 anos

A Rádio Senado leva ao ar hoje a reportagem “Oswaldo Cruz, o cientista que conseguiu vencer o mosquito *Aedes aegypti*”, que mostra as inovadoras estratégias que o ministro da Saúde do governo Rodrigues Alves usou no Rio, a capital da República no começo do século passado, para

acabar com a febre amarela.

Na época, a dengue ainda era um mal distante e os médicos nem sequer sonhavam com a zika e a chicungunha.

**Reportagem Especial**  
• hoje, às 18h  
• reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h

### ERRAMOS

Diferentemente do que o **Jornal do Senado** publicou ontem, o nome do primeiro suplente de Walter Pinheiro (sem partido-BA) é Roberto Muniz (PP-BA).

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Renan decide início de prazo para sabatinas

Presidente do Senado determina que limite de cinco dias para que indicado seja entrevistado começará a contar a partir da leitura da mensagem da indicação em Plenário

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, explicou na quarta-feira que, de agora em diante, o prazo para realização de sabatinas dos indicados para cargos no governo federal será contado a partir da leitura das mensagens da Presidência da República no Plenário.

O Regimento Interno do Senado determina prazo mínimo de cinco dias úteis para que um indicado seja sabatinado na comissão responsável por avaliar a nomeação. No entanto, o texto regimental não deixa claro quando esse prazo deve começar a vigorar. A interpretação a ser usada a partir de agora é que a leitura da indicação em Plenário dispara a contagem.

Renan se manifestou em resposta a uma questão de ordem do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que se referia à sabatina do economista Ilan Goldfajn, indicado pelo presidente interino Michel Temer para a presidência do Banco Central. Na terça-feira, a Comissão de Assuntos Eco-



Entre os senadores Otto Alencar e Roberto Rocha, Renan Calheiros comunica decisão na sessão plenária de quarta-feira

nômicos (CAE) marcou para a próxima semana a sabatina de Goldfajn, contrariando a base do governo interino, que queria realizá-la logo após a leitura do relatório sobre a indicação.

A presidente da comissão, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), citou a necessidade de se respeitar o prazo, afirmando que ele deveria ser contado a partir da apresentação do relatório. Caiado contestou o entendimento e levou a questão ao presidente do Senado, que determinou, agora,

como o prazo deve ser posto em prática.

A decisão não altera a data já marcada para a sabatina de Ilan Goldfajn, que acontecerá na terça-feira. No entanto, orientará todas as futuras indicações que passarem pelo Senado.

Autor do projeto de resolução que alterou o Regimento Interno do Senado para ampliar o prazo de exame de indicação de autoridades, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) se queixou de que o entendimento da Mesa do

Senado estaria equivocado.

— A resolução que aprovou o rito da aprovação de autoridades é de minha autoria, e a intenção era dar transparência ao processo. Lido na comissão o relatório, cinco dias para que a sociedade civil possa se manifestar, passar informações e dar à comissão a oportunidade, de, querendo ou vendo necessidade, transformar o processo em diligência.

Renan argumentou que havia a necessidade de dar um esclarecimento a esse assunto, uma vez que o regimento não

é definitivo na explicação do prazo. Ele alertou que, na crise política que o país enfrenta, não se pode deixar que indicações para cargos importantes fiquem à mercê da “exacerbação”.

— O Congresso Nacional precisa ser preservado. É uma regra para tornarmos mais previsível a indicação de autoridades. Precisamos ter uma regra para que qualquer indicação não entre na exacerbação política que vivemos no Brasil — disse o presidente.

Renan disse também que, sem a definição, havia o risco de as comissões adiarem sabatinas por interesse político. Gleisi Hoffmann rebateu essa afirmação e garantiu que não foi esse o caso.

— A CAE não foi utilizada para protelar a discussão da matéria. Não posso admitir que venha para esta discussão que nós queremos inviabilizar ou não deixar votar [a indicação]. Usamos o regimento para assegurar o direito nesta Casa — disse a senadora.

## PEC fixa critérios para escolha de procurador-geral

Apesar de já ser praxe, a indicação do chefe do Ministério Público da União (MPU) pelo presidente da República a partir de uma lista tríplice elaborada por membros da carreira de procurador da República pode passar a ser exigida pela Constituição federal. A mudança está estabelecida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2013, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), prevista para ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira.

O acerto para votação foi feito na quarta passada entre o relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e o presidente da comissão, José Maranhão (PMDB-PB). Randolfe recomenda a aprovação da PEC com uma emenda.

Três alterações importantes no texto original da PEC são sugeridas na emenda do relator. Além de inserir a obrigatoriedade de escolha do procurador-geral da República

entre os indicados em uma lista tríplice, formulada exclusivamente pelos membros em atividade do Ministério Público Federal (MPF), estabelece mandato de quatro anos e proíbe a recondução ao cargo.

O texto original da PEC 47/2013 abre a possibilidade de membros de outras carreiras do MPU — como Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Militar (MPM) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) — participarem do processo de indicação para a lista tríplice ao cargo de procurador-geral da República. A PEC mantém o mandato atual de dois anos, com permissão de recondução ao cargo.

### Convergência

A convergência entre a emenda de Randolfe e a proposta de Cássio se resumia ao fato de os indicados na lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral da República

continuarem sendo escolhidos pelos membros de apenas uma das quatro carreiras do MPU.

“A institucionalização formal da lista tríplice na Constituição trará mais segurança ao Ministério Público e, por conseguinte, à sociedade, evitando manifestações equivocadas, como a dada recentemente pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, no sentido de que o presidente da República não precisaria nomear um procurador-geral dentro da lista tríplice formada pelo Ministério Público Federal, o que foi corrigido, em tempo, pelo próprio presidente Michel Temer”, observou Randolfe no parecer favorável à proposta.

A emenda à PEC 47/2013 estende ainda o mandato de quatro anos, vedando também a recondução, para o cargo de procurador-geral dos estados e do Distrito Federal e Territórios. Se for aprovada pela CCJ, seguirá para dois turnos de discussão e votação antes de ir para a Câmara dos Deputados.



Senador vai aguardar respostas para decidir se protocola CPI sobre o tema

## Malta quer informações sobre patrocínio cultural em estatais

Magno Malta (PR-ES) anunciou em Plenário, na quarta-feira, ter protocolado três pedidos de informações sobre a liberação de patrocínios e incentivos do governo a projetos culturais nos últimos anos.

Os pedidos se destinam às estatais Eletrobras, Petrobras e Furnas para que expliquem quais os critérios de escolha dos projetos a serem apoiados pelas empresas. Segundo o senador, há indícios de que os patrocínios eram liberados de forma “casada” com autorização do Ministério da Cultura para que o projeto fosse incluído na Lei Rouanet (Lei 8.313/1991).

Malta acrescentou já ter reunido 45 assinaturas de senadores para instalação da CPI da Lei Rouanet, com objetivo de investigar o montante liberado pelo governo, por meio de renúncia fiscal, a projetos culturais. Para protocolar a CPI, bastam 27 assinaturas.

— Cultura, na verdade, é Bumba Meu Boi, é Folia de Reis, é circo mambembe. Cultura, conforme nós entendemos, é a cultura indígena, a cultura do Pará, a cultura do Peroá, no meu estado, e a cultura do Congo. Esses nunca tiveram prioridade e nada lhes foi liberado. Mas não foi assim com meia dúzia de artistas brasileiros, com eles e seus filmes, e seus grandes shows, com ingressos pagos. E cometeram o deslante de liberar dinheiro até para o Cirque du Soleil. Qual é relação cultural que o Cirque du Soleil tem conosco, aqui no Brasil? — questionou o parlamentar.

O senador explicou, entretanto, que ainda não vai protocolar o pedido de CPI porque quer esperar o andamento do pedido de comissão parlamentar de inquérito já protocolada na Câmara dos Deputados, para que seja possível unir o trabalho nas duas Casas.



Relator na CCJ, Randolfe Rodrigues, acerta votação da proposta com o presidente da comissão, José Maranhão



# Comissão do Impeachment adia definição sobre antecipar prazos

Defesa de Dilma reage a proposta que poderia levar o colegiado a concluir a fase atual do processo antes do previsto. Presidente do STF decidirá a questão

A PROPOSTA DE antecipação dos prazos para a segunda fase do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff gerou protestos ontem dos senadores aliados a ela na Comissão Especial do Impeachment. Além disso, eles abandonaram a reunião quando o colegiado rejeitou incluir no processo as gravações de conversas entre o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado (*leia texto abaixo*).

Assim, a definição sobre o cronograma de trabalho apre-

sentado pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), só deverá sair depois que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, julgar os recursos apresentados na reunião. Ele é a instância superior de decisão sobre os ritos do processo de impeachment. A próxima reunião da comissão está marcada para as 16h de segunda-feira.

Ontem à noite, o presidente do colegiado, Raimundo Lira (PMDB-PB), reuniu-se com Lewandowski para tratar dos

prazos. E o presidente do STF disse que vai esperar a chegada formal do recurso para analisar a questão.

Inicialmente, Anastasia havia previsto 15 dias para as alegações finais da acusação e os mesmos 15 dias para a defesa. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) apresentou questão de ordem propondo a redução desses prazos para 5 dias para cada uma das partes, o que anteciparia o julgamento final do início de agosto para meados de julho.

— Reduzir prazos de alegações finais, principalmente para a defesa, é algo muito grave. O que está havendo é uma pressão, sim, desse presidente interino Michel Temer, que está preocupado com seu governo. Já caíram dois ministros. Ele está fazendo pressão sobre esta comissão — criticou Lindbergh Farias (PT-RR).

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também não concordou com a questão de ordem e apresentou recurso para que ela fosse levada ao presidente do STF. Diante disso, Raimundo Lira disse achar melhor aguardar a decisão de Lewandowski.

— Fiz todas as consultas possíveis sobre o aspecto legal e não encontrei saída para negar a questão de ordem. Ficaria confortável e tranquilo se o ministro Lewandowski decidisse

— afirmou o presidente da comissão.

Ele também ressaltou aos colegas que não aceita nenhum tipo de pressão política a sua condução dos trabalhos.

## Perícia

A defesa queria incluir no processo as conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, argumentando que os diálogos comprovam que o afastamento da presidente Dilma Rousseff resultou de estratégia para impedir investigações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Mas o relator, Antonio Anastasia, rejeitou a proposta.

— Os fatos indicados são totalmente estranhos ao objeto deste processo — argumentou.

Outro requerimento rejeitado pela comissão dizia respeito à realização de uma perícia dos decretos e das pedaladas fiscais a ser feita por organismo internacional. O plano de Anastasia prevê que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize essa perícia, mas a defesa argumentou que isso não seria apropriado.

— O Tribunal de Contas foi arrolado pelos denunciadores como testemunha de acusação, e o relator diz que ele é órgão legítimo para realizar auditorias e perícias? Como podemos confiar? — questionou Gleisi



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Cardozo, ao lado de Anastasia e Lira, prevê a possibilidade de chamar até 40 testemunhas para defender a presidente Dilma

Hoffmann (PT-PR).

A definição do número de testemunhas a serem arroladas pela presidente afastada Dilma Rousseff foi outro ponto que causou polêmica. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), líder do governo interino, defendeu que deve ser seguido o artigo 401 do Código de Processo Penal, que prevê no máximo oito testemunhas para a defesa e oito para a acusação.

Já o advogado José Eduardo Cardozo entende que para cada fato narrado na denúncia é pos-

sível haver até oito testemunhas. Como a presidente Dilma está sendo acusada de ter assinado quatro decretos de suplementação orçamentária sem anuência do Congresso e de ter cometido as pedaladas, poderiam ser chamadas até 40 testemunhas.

Aloysio apresentou recurso para resumir o julgamento a dois fatos — os quatro decretos (em bloco) e as pedaladas —, o que também reduziria o número de testemunhas. Esse é o único recurso que já está nas mãos de Lewandowski para decisão.

O presidente do STF disse que ainda não tem previsão de quando resolverá o assunto.

— O recurso é dirigido ao presidente da comissão, que vai autuá-lo e juntar as notas taquigráficas. Eu examinarei esse recurso e decidirei oportunamente — contou.

O presidente da Comissão do Impeachment reiterou a independência na condução dos trabalhos da comissão e o respeito ao direito de defesa da presidente afastada em todas as etapas do processo.

## Possibilidade de mudar datas

PREVISÃO INICIAL DO RELATOR	CRONOGRAMA	QUESTÃO DE ORDEM DE SIMONE TEBET
12 de maio	Citação	12 de maio
até 1º de junho	Recebimento da defesa prévia da denunciada, apresentação dos requerimentos para indicação de testemunhas e de provas pelos membros da comissão	até 1º de junho
2 de junho	Parecer sobre provas e diligências — reunião da comissão pela manhã. Discussão e votação	2 de junho
6 a 17 de junho	Depoimento das testemunhas, esclarecimentos do perito e juntada de documentos	6 a 17 junho
20 de junho	Interrogatório de Dilma Rousseff (ou advogado)	20 de junho
21 jun. a 5 jul.	Alegações escritas dos denunciadores	21 a 25 de junho
6 a 21 julho	Alegações escritas da presidente afastada	26 a 30 de junho
25 de julho	Leitura do relatório na comissão	4 de julho
26 de julho	Discussão do relatório na comissão	5 de julho
27 de julho	Votação do relatório na comissão	6 de julho
28 de julho	Leitura do parecer em Plenário	7 de julho
1º e 2 agosto	Discussão e votação do parecer em Plenário	12 e 13 de julho

# Para Cardozo e oposição ao governo interino, direito de defesa de Dilma Rousseff está sendo violado

Após sair da reunião, José Eduardo Cardozo falou à imprensa que o direito de defesa da presidente foi violentado e os ritos do processo não estão sendo obedecidos.

O advogado da presidente afastada e senadores de oposição ao governo interino protestaram contra a rejeição de requerimentos que pediam, entre outras diligências, a inclusão de provas pela nulidade do processo. Segundo argumentaram, isso prejudica irremediavelmente o exercício da defesa, contraria o rito determinado pelo STF e configura um “golpe de Estado”.

— Quando afirmamos que está em curso no Brasil um golpe de

Estado, eu reafirmo mais do que nunca: esta sessão simbolizou um golpe no direito de defesa. Vou recorrer ao presidente do Supremo. O que houve aqui foi uma situação absolutamente inominável. Quero continuar exercendo o direito de defesa, fazendo a defesa na forma da lei. Nem estão mantendo as aparências ritualísticas, é uma violência brutal. Talvez as fitas [gravações] tenham apressado o desejo de votar logo — disse Cardozo.

Para o advogado, o colegiado erra ao não permitir que sejam anexadas provas pela defesa e ao reduzir prazos. Ele também reclamou da votação de requere-

rimentos em conjunto, sem que a defesa pudesse analisá-los e discutí-los, e lembrou que as conversas gravadas por Sérgio Machado “falavam de impeachment” e estão relacionadas ao processo contra Dilma:

— Eu não posso trazer provas para o processo, provas de que há situação evidente de articulação para que, sem consistência, esse impeachment seja aprovado. Situações desse tipo nos enrustecem e nos revoltam porque não é possível tratar um processo de impeachment dessa maneira.

Lindbergh Farias disse que, segundo a revista norte-americana *The New Yorker*, há evidências de que o impeachment teria sido engendrado para estancar as investigações da Lava Jato. Ele reclamou da negativa da comissão em incluir as gravações de Machado e leu trechos da conversa do ex-presidente da Transpetro com o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

— É um absurdo, com todo o respeito ao relator, indeferir o nosso pedido em relação à delação de Sérgio Machado. Porque as gravações são seriíssimas. Em nenhum momento o senador Romero Jucá ou outros senadores falaram em decreto de créditos suplementares; só falavam em investigação da Lava

Jato — criticou Lindbergh.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse esperar que o Supremo intervenha. Para ela, o instrumento do impeachment está sendo usado de forma ilegal “para tirar uma presidente legitimamente eleita do poder”:

— Se por um lado é fato que a presidente Dilma perdeu a base de apoio aqui e não tem

popularidade mais perante a população brasileira, por outro lado também é verdadeiro que o povo brasileiro não quer na Presidência um biônico que não recebe um voto e que só quer o poder para aplicar a sua política neoliberal.

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que o direito de defesa de Dilma está sendo “violado, atro-

pelado, rasgado.” Ela reclamou do encurtamento dos trabalhos:

— Não estamos tratando de um tema qualquer, mas do afastamento, de um mandato popular, do maior mandatário da nação. Quando a própria legislação nos assegura que pode ir até 180 dias o período de afastamento, lá vem o golpe, a galope, e propõe encurtá-lo para 45 dias.

Gleisi Hoffmann concordou com os colegas:

— Depois que foram divulgadas as falas, ficou claro que não era crime de responsabilidade que estava sendo colocado, mas era para impedir a Lava Jato. E vimos que são dois os motivos para o impedimento: além de barrar a Lava Jato, mudar o programa do governo eleito em 2014.

## Principais pontos da denúncia e argumentos da defesa

Dilma Rousseff é acusada de crime de responsabilidade com base em duas práticas de seu governo em 2015: atrasar repasses referentes a subsídios do Plano Safra, prática conhecida como pedalada fiscal, e determinar a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso, descumprindo a lei orçamentária

PEDALADA FISCAL	
DENÚNCIA	DEFESA
Atrasos de repasses ao Banco do Brasil, em 2015, de valores de equalização de juros (diferença entre as taxas cobradas e as praticadas pelo mercado) do Plano Safra. O governo teria interesse em jogar para anos posteriores os repasses devidos, para reduzir artificialmente as despesas como artifício para “maquiagem” o balanço das contas.	Os recursos movimentados pelo Banco do Brasil para empréstimos do Plano Safra são captados pela própria instituição bancária, que realiza operações de crédito rural diretamente com os agricultores, sem contar com repasses do Tesouro.
Conforme a denúncia, ao não receber os repasses da equalização de juros do Plano Safra, o Banco do Brasil estaria efetuando empréstimo ao Tesouro Nacional, o que se configura em crime, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal impede financiamento de banco público ao governo federal.	Os atrasos de repasses se referem exclusivamente à diferença entre os juros subsidiados cobrados dos agricultores e as taxas de mercado utilizadas para a captação do recurso. Dessa forma, os valores da equalização não caracterizariam empréstimo e sim inadimplência. Em complementação, a defesa alega que não há ato da presidente da República referente ao pagamento de equalização de taxas de juros, sendo assunto de normatização restrita de órgãos técnicos, como o Banco Central.
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	
DENÚNCIA	DEFESA
Edição de decretos para abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional, aumentando o déficit e configurando descumprimento da meta fiscal, que previa superavit. Leis orçamentárias prevêm possibilidade de novos créditos sem o aval do Congresso apenas em situação de cumprimento da meta fiscal.	Todos os decretos de crédito suplementar foram baseados em pareceres, e a jurisprudência afastaria possibilidade de má-fé quando um chefe do Executivo toma decisões com esse amparo técnico. Assim, não haveria comprovação de dolo ou má-fé da presidente Dilma Rousseff.
O governo havia enviado ao Congresso projeto para transformar a previsão de superavit em déficit, reconhecendo assim a situação de descumprimento da meta fiscal. Os decretos de créditos suplementares foram editados antes da aprovação da nova meta pelo Congresso, levando à acusação de crime de responsabilidade.	A defesa alega ainda que meta fiscal é um compromisso anual, cuja verificação de atendimento ocorre ao final do exercício, e não no decorrer do ano. Dessa forma, não estaria havendo descumprimento da meta quando da edição dos decretos.
	Também argumenta que a suplementação de crédito atendeu pedidos de órgãos não apenas do Executivo, mas também do Judiciário, com aval do Conselho Nacional de Justiça. Conforme a defesa, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso baixou 101 decretos da mesma natureza, sem questionamento da legalidade pelo TCU.



Lindbergh, Vanessa e Gleisi criticaram rejeição da inclusão de gravações no processo

## Atuação de Raimundo Lira na presidência é elogiada por senadores

A atuação de Raimundo Lira (PMDB-PB) como presidente da Comissão do Impeachment recebeu o elogio de vários dos senadores que permaneceram até o final da reunião.

Para o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), o presidente teve “comportamento irreparável, jamais visto na Casa”. Na opinião dele, Lira trabalhou com paciência, seguindo o Regimento Interno.

Ana Amélia (PP-RS) assegurou que em nenhum momento houve cerceamento da defesa

da presidente afastada.

Na opinião de José Medeiros (PSD-MT), Lira “saiu maior da reunião”.

— O presidente demonstrou domínio próprio, temperança e paciência, tudo o que se espera de um homem de bem.

Hélio José (PMDB-DF) também destacou a atuação do presidente e elogiou a adovogada dativa, a consultora do Senado Juliana Magalhães.

Lira agradeceu e disse que tomou as decisões que considerou corretas.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Fátima chama colegiado de “tribunal de exceção”

Em Plenário, Fátima Bezerra (PT-RN) protestou contra atitudes dos responsáveis pela Comissão Especial do Impeachment. Na avaliação dela, o direito fundamental de Dilma Rousseff está sendo violado na comissão porque o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), ignora pedidos da defesa que são centrais para a análise do processo.

— Estamos cada vez mais convictos de que está sendo criado no Congresso um tribunal de exceção. Será que isso ocorre porque o governo golpista de Michel Temer sabe que essa farsa não se sustenta do ponto de vista jurídico?

## Ana Amélia pede equilíbrio e critica nível da discussão

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem o nível do debate que está sendo feito na Comissão Especial do Impeachment. A senadora afirmou que não há respeito entre oposição e defesa e pediu equilíbrio e serenidade na discussão.

— Eu recebi, fiquei muito triste, muitas mensagens pelas redes sociais dizendo que não estavam aguentando a forma que a oposição está levando aquele trabalho: na base do grito. Criticamos tanto a Câmara pelo que aconteceu e agora está acontecendo pior. Pior, porque não há respeito entre as partes. Quando há uma divergência, se resolve na votação: maioria e minoria — disse Ana Amélia.

## Magno Malta diz que oposição se preocupa com “asneiras”

Magno Malta (PR-ES) criticou na quarta-feira a postura da oposição ao governo interino de Michel Temer:

— Não resta mais nada a eles e ficam só falando asneiras. Ele observou que, apesar das críticas à ausência de mulheres nos ministérios, a nomeação de Fátima Pelaes para a Secretaria de Políticas para as Mulheres foi mal recebida só porque ela não tem a mesma ideologia da oposição.

Os questionamentos à política econômica de Temer foram considerados inconsistentes pelo senador e os argumentos de que o afastamento de Dilma teria sido um golpe foram classificados como uma “falácia idiota”.

## Grupo de parlamentares defende debate sobre novas eleições presidenciais

Um grupo de senadores reafirmou na quarta-feira a necessidade da ampliação do debate sobre a realização de eleições presidenciais já em outubro. Participaram da reunião sobre o assunto os senadores João Capiberibe (PSB-AP), Acir Gurgacz (PDT-RO), Roberto Requião (PMDB-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Cristovam Buarque (PPS-DF) e Telmário Mota (PDT-RR).

Segundo Capiberibe, o grupo busca uma estratégia para a realização de novas eleições. Ele explicou que um caminho poderia ser o plebiscito, que seria convocado em curto prazo para a votação ocorrer em outubro, de forma simultânea com a votação para prefeitos. Capiberibe disse que o número de senadores que apoia a iniciativa “pode chegar a 20 ou 25”.

— O impeachment está aprofundando a crise. O poço já não tem fundo. Nós não podemos ficar de costas para a sociedade — declarou Capiberibe.

Lídice acredita que a sociedade está interessada em eleições diretas. Ela reclamou, porém, que as entidades representativas ainda não se manifestaram. Acir Gurgacz entende que uma nova eleição significa um caminho para “achar uma solução para o momento”.

Na visão de Cristovam, a volta da presidente afastada Dilma Rousseff também não é solução para a crise. Por isso, é necessário haver novas eleições.

Jorge Viana (PT-AC) também compareceu ao encontro e manifestou-se “simpático à ideia de antecipação das eleições”.

## PECs

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) prevendo novas eleições já tramita no Senado. A PEC 20/2016 estabelece a realização de eleições presidenciais simultaneamente às eleições municipais de 2016. A proposta, apresentada por Walter Pinheiro (sem partido-BA), foi apoiada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Paulo Paim (PT-RS), Capiberibe, Lídice e Cristovam.

Na consulta pública do Portal e-Cidadania, a proposta tem mais de 83% de apoio das pessoas que já se manifestaram. Até a tarde de quarta-feira, cerca de 56 mil internautas registraram sua opinião, sendo mais de 46 mil a favor da proposta. Segundo Pinheiro, a consulta.

— A opinião dos cidadãos pode servir como uma pressão popular — disse Pinheiro.

Já a PEC 28/2016 prevê realização de plebiscito nacional, no primeiro turno das eleições municipais de 2016, questionando o eleitor sobre a realização imediata de novas eleições para presidente e vice-presidente da República. Essa PEC também foi proposta por Walter Pinheiro.

Opine sobre a PEC 28/2016: <http://bit.ly/consultaPEC28>



Lídice, Gurgacz, Requião, Capiberibe, Cristovam e Telmário: defesa de nova eleição

# Debate confirma: o seguro rural precisa mudar

Representantes do governo e do setor de seguros foram ouvidos ontem pela Comissão de Agricultura, que deve propor alterações, como garantir a renda do produtor prejudicado

O MODELO DE seguro rural adotado no Brasil precisa ser revisto, constataram os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), após audiência realizada ontem com representantes do governo e do setor de seguros. No final do ano, o relator, Wellington Fagundes (PR-MT), apresentará texto com recomendações para aprimorar essa política pública, que vem sendo avaliada pela comissão.

Uma das ideias é buscar formato que garanta não só o custeio da safra, mas também a renda do agricultor em caso de problemas com a lavoura, a exemplo do praticado em outros países. Atrasos nos pagamentos às seguradoras têm causado prejuízos e gerado incertezas no campo. Pelo modelo atual de subvenção, o governo federal se compromete a pagar parte do valor da apólice, o chamado prêmio. Porém, com os constantes contingenciamentos de recursos, a dívida acaba sobrando para o agricultor.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), citou a situação dos produtores de uva no Rio Grande do Sul que perderam metade da safra por causa do excesso de chuvas na região.

— Os produtores gaúchos enfrentaram problema sério. Além do prejuízo da safra, tiveram que pagar a diferença dos subsídios que foram retirados em função de redução do orçamento. Foi duplo prejuízo: aumentou o custo do que tinham que pagar para a seguradora e ainda perderam a safra — relatou.

O volume de recursos, os prazos



Ana Amélia preside audiência na Comissão de Agricultura, que ouviu Ozaki, da Agricultura, Arifa, do TCU, e representantes do setor de seguros

e os percentuais de subvenção das apólices por parte do governo estão entre as principais queixas dos produtores em relação ao atual formato do seguro rural. Descumprimento de contratos, falta de conhecimento atuarial, inadequação dos produtos às necessidades dos agricultores, ausência de fundo garantidor eficiente são outros entraves listados.

— Os seguros não são desenvolvidos de acordo com a necessidade do produtor — reforçou o secretário de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União, Junnius Marques Arifa.

O diretor do Departamento de Gestão de Risco e Recursos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Vitor Augusto Ozaki, afirmou que o governo tem se esforçado para quitar as dívidas contraídas com as seguradoras.

— Pagamos R\$ 190 milhões no começo de 2016. Ficaram pendentes R\$ 217 milhões. O esforço é para acertar essa conta e aí começar a safra 2016-2017.

## Recursos

Na opinião de Waldemir Moka (PMDB-MS), o volume de recursos destinado ao programa é muito baixo.

O governo anunciou que vai liberar R\$ 400 milhões para proteger a safra 2016-2017:

— Temos que trazer um formato diferente. Do contrário, vamos continuar fingindo que damos seguro e o produtor fingindo que recebe — avaliou.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) acredita que é preciso se espelhar em modelos que deram certo em outros países:

— Produtores com menor capacidade de pagamento e de regiões vulneráveis precisam ter essa subvenção, mas é fundamental que possamos ver outro modelo. O desafio é atrair a iniciativa privada para o programa — disse.

## Dário defende redução na taxa básica de juros

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu a redução da taxa básica de juros da economia (Selic), que está em 14,25% ao ano. Ele explicou que a taxa elevada serve para conter a inflação decorrente do excesso de consumo, mas como ele caiu, é inexplicável manter taxa tão alta.

O senador lembrou que reduzir um ponto percentual na Selic representa economizar R\$ 14 bilhões em juros da dívida pública e R\$ 56 bilhões se fossem quatro pontos percentuais, que ajudariam no déficit fiscal deste ano.

Ele lamentou a morte, na quarta-feira, de Werner Voigt, um dos fundadores da catarinense WEG, uma das principais fábricas de motores do mundo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Gurgacz, saída para crise está no trabalho

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que a saída para a crise econômica no país está no trabalho e que o fator primordial para a retomada do crescimento é reduzir a taxa de juros. Ele chamou a atenção sobre o impacto da taxa sobre a dívida pública, alertou que somente os banqueiros têm lucrado com a falta de investimentos produtivos e criticou os planos do governo de elevar impostos.

O senador lamentou as deficiências de infraestrutura no Brasil, especialmente no setor de transportes, e cobrou providências para concluir obras que se arrastam desde 2008, como viadutos em Porto Velho. Ele sugeriu que o Exército assuma os trabalhos.



Waldemir Boreto/Agência Senado

## Medeiros quer reativar voos para Rondonópolis

O anúncio de que a empresa aérea Passaredo vai cancelar a rota entre Rondonópolis (MT) e Ribeirão Preto (SP) arrancou protestos de José Medeiros (PSD-MT). Ele comunicou que vai propor, com os demais senadores do estado, reunião entre representantes do governo e da Passaredo para tentar reverter a decisão.

Medeiros lembrou que, em janeiro de 2016, a Azul já havia suspenso os voos diretos entre Rondonópolis e Campinas (SP). Com essas medidas, Brasília será a única cidade fora de Mato Grosso que continuará tendo voos para o município. Junto com a Asta, a Azul liga Rondonópolis apenas a Cuiabá.



Waldemir Boreto/Agência Senado

## Comunidade fiscaliza gastos, relata Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) relatou, em Plenário, como uma comunidade no Amapá exerce o controle social dos gastos públicos. Em 2013, ele apresentou projeto ao Ministério da Integração Nacional garantindo R\$ 16 milhões para benfeitorias em assentamento de hortifrutigranjeiros, como pavimentação asfáltica de seis quilômetros da área, construção de três fábricas para a comunidade, além de mercado para o produtor e a infraestrutura para viabilizar o projeto. A comunidade passou a acompanhar as obras por meio de um grupo de WhatsApp e uma página no Facebook, fiscalizando desde o número de tijolos até a qualidade dos serviços.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Crise econômica e investimentos insuficientes em educação, ciência, tecnologia e inovação tornam o Brasil pouco atrativo para profissionais altamente qualificados

# Debatedores lamentam fuga de cérebros do país

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) fez ontem audiência pública sobre modos de atrair profissionais especializados para o Brasil. Os senadores também debateram aspectos relacionados à assistência a brasileiros no exterior.

Um dos temas tratados foi a influência da crise econômica e das condições estruturais do país na evasão de cientistas, técnicos e executivos altamente qualificados, em busca de oportunidades em outros mercados de trabalho.

O fenômeno, conhecido pela expressão inglesa *brain drain* (fuga de cérebros), está ligado, no caso brasileiro, a investimento insuficiente em inovação e ciência, ausência de programas de longo prazo e burocracia em excesso. A avaliação é de Eduardo Mat-

sushita, presidente da CEO Infinitas, que faz seleção de executivos para empresas.

Ele citou dados de pesquisas de mercado referentes à microeconomia, indicando que oito em cada dez empresas estão reduzindo investimentos e demitindo empregados.

Também explodiram nos últimos meses os pedidos de recuperação judicial por parte das companhias, sendo que um terço dos casos referem-se a grandes conglomerados, com milhares de funcionários.

— Tem havido uma redução drástica em cargos de direção e gerência, superior a 50%. São pessoas altamente qualificadas ficando desempregadas.

O quadro tem feito com que um contingente de mão de obra qualificada, de brasileiros e de estrangeiros, esteja emigrando.

## Jorge Viana quer versão original do Marco Legal de Ciência e Tecnologia

Jorge Viana (PT-AC) anunciou ontem a apresentação do PLS 226/2016, que devolve ao Marco Legal de Ciência e Tecnologia os artigos vetados pela então presidente Dilma, em janeiro deste ano.

Os vetos, mantidos pelo Congresso na semana passada, afetam a concessão de bolsas de pesquisa e retiram a isenção de impostos sobre insumos destinados à ciência e tecnologia. Ele acredita que, com orçamento adequado e devolução dos itens vetados, haverá condições de evitar fuga de cérebros.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Condições de trabalho e custo de vida estimulam êxodo, diz Lasier Martins

É preocupante o aumento do número de brasileiros qualificados que buscam melhores condições de trabalho no exterior, afirmou Lasier Martins (PDT-RS), em pronunciamento ontem.

Segundo ele, o custo de vida elevado e a falta de segurança também contribuem para o êxodo de profissionais. Os principais destinos, conforme o senador, são Estados Unidos, Canadá e Austrália, sendo que os dois últimos, inclusive, incentivam a permanência de estrangeiros capacitados em seus territórios. Para mudar esse cenário, ele defende o estímulo ao empreendedorismo e à meritocracia.



Segundo Lasier (2º à esq.), que presidiu a audiência, 87% dos recursos do setor foram destinados ao superávit primário

Ele citou pesquisas que mostram que seis em cada dez executivos empregados sairiam do país se surgisse um convite para trabalhar no exterior. Esse índice atinge 90% entre os desempregados. Matsushita disse conhecer diversos casos de pessoas que foram para os Estados Unidos, conseguindo abrir negócios ou se recolocar no mercado.

— Temos que nos espelhar em casos como esses, de países que têm políticas voltadas para a atração e retenção de cérebros — defendeu.

## Aspectos estruturais

Cristovam Buarque (PPS-DF) e Lasier Martins (PDT-RS) apontaram os baixos investimentos educacionais e em ciência e tecnologia como aspectos que dificultam a formação, atração e retenção de talentos. Lasier criticou o Ministério da Ciência e Tecnologia por ter investido apenas 13% de recursos oriundos de taxas cobradas das empresas, destinadas originalmente a fundo de pesquisa e inovação.

— Coletaram R\$ 21 bilhões,

mas 87% foram para fazer superávit primário e outras destinações. Desse jeito, estaremos condenados a sermos sempre apenas exportadores de matérias-primas — criticou.

Os embaixadores da Austrália, John Richardson, e do Canadá, Riccardo Savone, falaram sobre as respectivas políticas de seus países voltadas para a atração e retenção de cérebros. Savone disse que o Canadá sofreu bastante até a década de 1980, mas que conseguiu equilibrar a equação desde então.

— Somos muito próximos geograficamente e economicamente dos Estados Unidos, o que constitui um desafio para nós. Procuramos compensar atuando agressivamente e facilitando ao máximo a vinda de mão de obra qualificada estrangeira — informou Savone, lembrando que hoje 21% da população do Canadá veio de fora, número que em Toronto se aproxima de 50%.

Já Richardson confirmou que faz parte de suas atribuições a intensificação de parcerias nos campos econômico

e acadêmico entre Austrália e Brasil, o que inclui o intercâmbio de pessoas.

O subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, embaixador Carlos Alberto Simas, falou sobre as restrições orçamentárias que atingiram o apoio à emigração. Segundo ele, o Itamaraty “tem feito milagres” no atendimento aos brasileiros emigrados, buscando intensificar ações nos campos da educação, saúde e cidadania.

— Muita gente de classe média baixa também emigra, em muitos casos sem saber falar a língua local e passando por dificuldades de inserção e de exercer seus direitos.

Ainda na reunião de ontem foi aprovado o requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente do colegiado, convidando o novo ministro da Defesa, Raul Jungmann, para audiência pública, em data ainda a ser marcada. Para a próxima quinta-feira, foi marcada a sabatina do diplomata Sérgio Danese, indicado para a embaixada do Brasil na Argentina.

# Benefício a agência de turismo será avaliado terça

Foi marcada para terça-feira a continuidade da análise de relatório sobre medida provisória (MP) que reduz o imposto de renda incidente nas remessas de dinheiro para o exterior. O relator, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), acolheu 5 das 70 emendas apresentadas na comissão mista responsável por emitir parecer prévio sobre o tema.

A MP 713/2016 reduz de 25% para 6% o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre a remessa de valores ao exterior para pagar gastos pessoais em viagens de turismo e negócios, desde que a serviço, e para treinamento ou missões oficiais, até R\$ 20 mil ao mês.

A norma beneficia agências de turismo que enviam dinheiro para o exterior para pagar

hotéis, transporte e hospedagem dos pacotes de viagem comprados pelos clientes. A alíquota reduzida valerá até o fim de 2019, caso a MP seja aprovada pelo Congresso.

Uma das emendas acolhidas, sobre assunto não diretamente relacionado ao tema, foi apresentada pelo senador

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) para prorrogar até 8 de janeiro de 2020 a não incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que terminará em 8 de janeiro de 2017. O fato gerador do tributo é o início do descarregamento de embarcação em portos brasileiros.

A emenda foi questionada pelo deputado João Paulo Papa (PSDB-SP). Ele destacou a inclusão, pelo senador Ferraço, da não incidência do adicional sobre mercadorias cuja origem ou destino final seja o porto do Espírito Santo.

— A minha preocupação é que volte a ocorrer o que já ocorreu no passado, quando havia uma guerra fiscal aberta entre vários estados, diferentes alíquotas de ICMS e migração de empresas de comércio exterior em função dos benefícios fiscais que cada estado concedia — explicou.

Para melhor análise da emenda, o presidente da comissão, deputado Andres Sanchez (PT-SP), concedeu vista e marcou a continuação da sessão para terça-feira.

## Petecão cobra reciprocidade entre Brasil e Bolívia

Sérgio Petecão (PSD-AC), cobrou do governo postura de reciprocidade e firmeza com



Ana Voipe/Agência Senado

a Bolívia. Segundo ele, é preciso mudar a relação entre os países, com base no respeito mútuo.

Entre os problemas, o senador citou a receptação de carros roubados no Brasil. Também criticou a Bolívia por expulsar colonos brasileiros da fronteira e por permitir o envio de drogas.

— Não podemos ver nossa juventude se acabando com a droga e o governo ajudando a Bolívia — afirmou.



Observado por Andres Sanchez, senador Dalirio Beber lê relatório sobre MP

# Policiais militares criticam prisão administrativa

Debatedores defenderam projeto que garante aos integrantes de corporações o direito ao contraditório e à ampla defesa nos processos disciplinares

O FIM DA pena de prisão para punir faltas disciplinares cometidas por policiais e bombeiros militares foi uma das reivindicações feitas por representantes das categorias durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O evento foi proposto por Hélio José (PMDB-DF) para debater a valorização das carreiras, abrangendo as condições de trabalho, de salubridade e equipamentos.

A extinção da prisão administrativa é prevista em projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados agora depende de aprovação no Senado. O PLC 148/2015, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina a criação, por lei específica, do Conselho de Ética e Disciplina Militar para Bombeiros e Policiais Militares e prevê que os integrantes das corporações citados em processos disciplinares tenham direito ao contraditório e à ampla defesa.

## Assédio

O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), autor do projeto, afirmou que o fim das prisões disciplinares é solução contra práticas de assédio moral e relações de dominação dentro das corporações, usadas em nome da hierarquia e da disciplina. O vice-presidente da Associação Nacional dos Praças, Héder Martins de Oliveira, salientou que os direitos humanos



Hélio José, ao microfone, presidiu ontem audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre as condições de trabalho e as carreiras de bombeiro e policial militar

também devem valer para os policiais militares.

— Será nossa alforria, a nossa dignidade estará sendo garantida — afirmou.

Os participantes lembraram que a Polícia Militar de Minas Gerais foi a única a extinguir a prisão por infrações administrativas, medida adotada desde 1992. Representante do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (Fonap), Renilson Santos de Roma disse que as demais continuam seguindo decreto federal que determina a aplicação, quanto às punições, do Regulamento das Forças Armadas. Também não se cumpriu a previsão do decreto para que as PMs elaborassem seus códigos de ética.

Hélio José, que dirigiu a audiência pública, anunciou que pretende organizar um seminário de dia inteiro para debater com mais profundidade os problemas das polícias militares. O senador destacou que elas desempe-

nam importante papel social, respondendo pela segurança das pessoas e do patrimônio e pela ordem pública, muitas vezes pondo em risco suas vidas. Ele reconheceu, contudo, que as condições de trabalho não são as mais adequadas.

— É certo que o trabalho cotidiano fica prejudicado se há inadequações nas instalações dos quartéis, mas as falhas vão muito além. É de conhecimento de todos que em alguns batalhões de bombeiros as viaturas estão paradas por falta de manutenção. Para sair às ruas, os policiais também dependem de viaturas precárias — citou.

## Adaptação

Presidente do Fonap, o policial militar, Geraldo Batista Alves de Sousa, observou que as viaturas não são carros concebidos para as atividades policiais, mas meras adaptações. Sobre a questão de saúde, observou que faltam médicos, farmacêuticos e enfermeiros nas unidades de ser-

viços destinadas aos policiais e bombeiros militares. No caso do centro médico da Polícia Militar de Brasília, a seu ver, a melhor alternativa seria terceirizar a administração para uma organização social.

— Seria um paliativo, mas a gente acredita que é o mais adequado para o momento.

## Licitação

O coronel Leobertino Lima Filho, que chefia o Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), destacou que a corporação vem investindo para conquistar melhores condições operacionais e benefícios para seus integrantes. Ele adiantou, entre outras medidas, a realização de licitação para a escolha de organização social que se encarregará da gestão do novo centro de saúde.

Lima Filho disse que a PMDF está aumentando os requisitos técnicos para coletes à prova de bala, para não ficar “nas mãos de empresas sem qua-

lificação”. Quanto às viaturas, ele observou que não há no Brasil fabricação de modelos específicos, mas que a PM realizará estudos buscando solução mais apropriada.

Diretor do Corpo de Bombeiros do DF, o coronel Reis afirmou que a maior preocupação do comando tem sido o equipamento de proteção individual (EPI). Segundo ele, a corporação tem investido em máscara contra gases, roupas de aproximação, lanternas, capas de chuvas e coturnos.

— Um bombeiro bem trajado no socorro não será mais uma vítima — afirmou.

Em relação ao Código de Ética, os dois coronéis informaram que o texto está em fase de discussão na Casa Militar, tomando por base o código da Polícia Militar de Minas Gerais e envolvendo debates com os oficiais e praças da corporação. Devido às características especiais do DF dentro da organização federativa, a adoção dependerá de aprovação de lei federal.

## Lei anistia bombeiro que participou de greve

O presidente interino Michel Temer promulgou a lei que anistia policiais e bombeiros militares de 19 estados e do Distrito Federal por terem participado de movimentos grevistas de reivindicação por melhores salários e condições de trabalho. A Lei 13.293/2016 foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

Em novembro do ano passado, Dilma Rousseff vetou o PLC 17/2015. A presidente afastada justificou o veto total (VET 56/2015) por ser contrário ao interesse público. Dilma se respaldou em parecer do Ministério da Justiça segundo o qual o “projeto ampliaria o lapso temporal e territorial” de anistia concedida por leis anteriores, passando a abranger situações que se deram em contextos distintos.

O Congresso derrubou o veto no dia 25 de maio. Na ocasião, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a anistia aos militares é “uma questão de justiça”.

— Não é porque são militares que não merecem e não têm o direito de fazer movimentos que sejam pacíficos. Cinco estados já anistiarão essas categorias muito importantes, e as demais unidades da Federação devem ter isonomia — disse.

Para João Capiberibe (PSB-AP), é importante reconhecer o direito de mobilização dos militares.

— Temos que rever essa questão da segurança pública, principalmente dos fardados, que ainda são punidos pelas velhas regras da ditadura. Um funcionário público não pode

ser punido com prisão.

O Código Penal militar proíbe os integrantes das corporações de fazerem movimentos reivindicatórios ou greve e pune insubordinações. Com a nova lei, a anistia valerá para a participação nos movimentos ocorridos a partir de 13 de janeiro de 2010, data de publicação de outra lei de anistia (Lei 12.191). Crimes tipificados no Código Penal civil não serão anistiados.

O projeto abrange policiais e bombeiros militares grevistas do Amazonas, Acre, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Tocantins e Distrito Federal.

## Comissão de Direitos Humanos vai debater piso salarial dos vigilantes

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove, na segunda-feira, audiência pública sobre o salário dos vigilantes e os riscos do trabalho.

O debate foi proposto pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), e terá a participação de representantes sindicais, que apresentarão a proposta de um piso nacional para a categoria. A reunião tem início às 9h.

Foram convidados o deputado distrital Chico Vigilante (PT); o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços, José Boaventura Santos; o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul, Loreni dos Santos Dias; o presidente do Sindicato dos

Vigilantes do Distrito Federal, Jervalino Rodrigues Bispo; e o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões, Cláudio Vigilante.

Também estão entre os participantes o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, José Inácio Cassiano de Souza; o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Manaus, Valderli da Cunha Bernardo; o vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão, Daniel Pavão Rocha; e o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores e Tesouraria Bancária e Escolta Armada do Rio Grande do Norte, Márcio Figueredo da Silva.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela